

A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO ESCLARECIDA E RETIFICADA

O 2º relatório trimestral do historiador Gonçalves de Mello, apresentado ao magnífico Reitor da Universidade.

O prof. Dr. Joaquim Amazonas, Magnífico Reitor da Universidade do Recife, recebeu do historiador José Antônio Gonsalves de Mello o seguinte relatório:

Lisboa, 31 de maio de 1952. - Rua Anchieta nº 21, 3º D. - Tenho a honra de apresentar a V. Magnificência o segundo relatório trimestral referente às pesquisas históricas de que me acho encarregado em Portugal. Em anexo relações dos manuscritos selecionados para microfilmagem para a Universidade do Recife.

Arquivo Histórico Ultramarino (2ª relação) - 152 fls.

Biblioteca da Ajuda 1ª relação - 8 fls.

Após seis meses ininterruptos de trabalho no Arquivo Histórico Ultramarino, dei por encerradas as minhas pesquisas ali. Foram examinados todos os manuscritos avulsos referentes a Pernambuco (93 caixas e 125 maços), Paraíba (2 caixas e 27 maços) e Rio Grande do Norte (3 caixas e 3 maços) e parte dos da Bahia (10 caixas), Maranhão (3 caixas), Açores (1 caixa) e Angola (4 caixas). O exame dos papéis do Maranhão e Angola visou a recolher elementos sobre os governos de André Vidal de Negreiros (Maranhão 1655-56 e Angola 1660-66) e João Fernandes Vieira (Angola 1657-60) e os dos Açores e esclarecer a efetivação ou não de uma concessão régia a João Fernandes Vieira para transportar 200 casais de ilhéus da Ilha Graciosa para o Nordeste do Brasil. A este respeito há diversos documentos, mas não encontrei entre os manuscritos, notícia do embarque desses colonos. Pesquisas em outras fontes, como o Arquivo dos Açores (12 vols., Ponta Delgada - 1872-92) nada adiantaram.

A leitura dos "papéis avulsos" de Angola (papéis avulsos designam os manuscritos ainda não catalogados) deixou-me o desejo de recolher elementos acerca do tráfico de escravos para o Nordeste e da procedência e número da escravatura transportada. Mas a documentação é grande e para ficar completo o trabalho deveria abranger os documentos da Guiné, Moçambique e ilhas, o que demandaria tempo e verbas de que não é possível dispor pois a tarefa principal - a de examinar os manuscritos procedentes de Pernambuco ou relacionados com a sua história - ainda não está concluída. Será este um campo a explorar futuramente.

Além dos papéis avulsos, examinei todos os códices do Conselho Ultramarino, quer os respeitantes particularmente a Pernambuco (em número 12), quer os gerais, isto é, os que abrangem registro relativos a todas as colônias portuguesas. Desses códices gerais foram examinados, folha a folha, 359. Incluem documentação do Conselho da Fazenda (criado em Portugal sob o domínio filipino) e do Conselho Ultramarino (criado em 1643). Indicações completas acerca desses códices são apresentadas nas folhas anexas onde se relacionam os manuscritos selecionados como interessando a Pernambuco, folhas onde estão registrados, natureza do documento, destinatário, quem o subscreve e respectiva data.

Mediante a autorização, foram examinados, também no mesmo arquivo os códices ainda não catalogados, entre os quais se encontravam alguns valiosos particularmente o que contém um mapa da cidade do Recife em 1761, um outro da ilha de Fernando de Noronha, de plantas de todas as fortalezas de Pernambuco e capitanias anexas (Paraíba ao Ceará). Posteriormente verifiquei que mapas e plantas iguais possui a Torre do Tombo (Livros do Brasil, códices 43).

A microfilmagem do material selecionado da Seção de Reservados da Biblioteca Nacional

de Lisboa e da Biblioteca e Arquivo de Évora, já está concluída; somam pouco mais de 2.000 fotografias. A dos "papéis avulsos" do Arquivo Histórico Ultramarino está em vias de conclusão e deverá totalizar cerca de 30.000 fotografias. Há ainda cerca de 10.000 folhas de manuscritos selecionados dos códices, por fotografar. Essa coleção de 40.000 fotografias de manuscritos escolhidos do AHU, inclui excelente material de trabalho para historiadores e estudantes de história.

Cópias exatas de mapas, plantas, projetos de construção, figurinos militares, etc., estão também concluídas, no que se refere ao material existente dos três centros de documentação acima mencionados. Incluem os itens constantes de uma das relações anexas.

A pesquisa de fontes históricas impressas não faz parte do projeto de trabalho que tive a honra de apresentar a V. Magnificência; entretanto, não deixei de procurá-las na Biblioteca Nacional de Lisboa (e espero prosseguir na Biblioteca da Universidade de Coimbra e na Municipal do Porto). Examinei as coleções de quatro jornais portugueses do período 1820-24, a saber a *Gazeta Universal*, o *Diário do Governo*, o *Astro da Lusitânia* e o *Correio do Porto*, de alguns dos quais se serviu Varnhagen na sua *História da Independência*. Há interessantes "correspondências" de portugueses do Recife, transcritas nessas gazetas, descrevendo os acontecimentos que precederam e se seguiram à Independência e a fase da agitação revolucionária e de reivindicações sociais até a Confederação do Equador etc.; pelos anúncios de "obras publicadas" constantes desses jornais e por indicações do catálogo da biblioteca de Varnhagen, tive a Sorte de localizar na mesma Biblioteca livros inteiramente esquecidos, como o *Elogio Histórico de Luiz do Rego Barreto* por G.X.S. (Coimbra 1822), a *Galeria dos Deputados de Pernambuco* Coimbra 1823), a *Correspondência do thio Lopes com Gervásio Pires Ferreira* (Coimbra 1823), a *Narração Histórica da conducta política de Gervásio Pires Ferreira, com hum libello accusatório, oferecido ao respeitável e imparcial público* (Lisboa 1823), o *Processo e Defesa de Gervásio Pires Ferreira, preso na cadeia da*

Bahia pelos acontecimentos de Pernambuco de 1817 (Lisboa 1823), *O Mudo de Pernambuco ou Gervásio em Lisboa* (Lisboa em 1822) e outros. Espero poder levar microfilmes de todos estes impressos.

Sumariando os principais pontos da documentação manuscrita em seguida relacionada, devo mencionar os seguintes:

A Espanha e a ocupação holandesa no Brasil: os códices de consultas do Conselho da Fazenda (criado durante o regime filipino, como ficou dito), indicam abundantemente o interesse tomado pelos reis da Espanha pela libertação de Pernambuco do domínio holandês. Tem sido frequentemente alegado que uma das causas que contribuiu para a vitória dos holandeses sobre os luso-brasileiros, em 1630, foi o desinteresse da coroa espanhola pela defesa das colônias portuguesas. A afirmação é inexata. Os manuscritos examinados, quer no Arquivo Histórico Ultramarino (códices 40 a 43 e 504 entre outros) quer na Biblioteca da Ajuda (códices 51-VI-3, 51-VI-4 e 51-VI-6), mostram exatamente o oposto. Por outras fontes sabe-se que em 1632 a Espanha chegou a oferecer, por via diplomática, à Holanda, a entrega da praça de Breda e 200 a 300 mil florins pela desocupação de Pernambuco, "que valia um reino inteiro", segundo opinavam as autoridades espanholas.

Estrangeiros do Nordeste no século XVII: as dificuldades financeiras da Espanha e as enormes perdas causadas à navegação espanhola e portuguesa pelas armadas da Holanda, forçaram o emprego pelos espanhóis e, depois de 1640, pela coroa portuguesa - de navios e tripulações estrangeiros e de artilheiros e técnicos não-ibéricos no tráfico comercial com o Brasil e na luta armada contra os invasores. O código 40 do AHU apresenta diversos exemplos disto: pedidos de autorização para navios de Lubeck e navios flamengos navegarem para o Brasil e embarque de "engenheiros-de-fogo" estrangeiros para servir na colônia. Com relação ao reinado

de D. João IV o prof. C.R. Boxer publicou recentemente um interessante artigo intitulado "English Shipping in the Brazil Trade 1640-65", na revista *Mariner's Mirror*, vol. 37, n. 3, Londres, julho de 1951, pp. 197/230. Além dos manuscritos da Coleção José Hygino, do Instituto Arqueológico Pernambucano, o prof. Boxer usou os do Arquivo Histórico Ultramarino, mas lhe escapou a parte mais rica de documentação a respeito do assunto: a contida nos "Registros de provisões" (códice 92). Aí estão transcritas inúmeras provisões permitindo a negociantes ingleses (e inclusive ao cônsul inglês em Portugal, Thomas Maynard) e genoveses navegarem em seus navios para o Brasil e aí permutarem as suas cargas de fazenda por caixas de açúcar. Henrique Uchines, Henrique Cottomer, Thomaz Quempe, Thomas Helcut, Roberto Parquer, Roger Brum, etc., todos ingleses, são nomes que surgem freqüentemente mencionados nesses papéis. Mas a participação de estrangeiros na vida do Brasil não se resumiu ao tráfico marítimo. Surgem outros como técnicos em "artifícios de fogo" e "engenheiros" na luta contra os holandeses em Pernambuco. Francisco Dumont, francês, era "engenheiro-defogo"; "engenheiro-de-fogo e petardeiro" era Daniel Diego, de quem não se indica a nacionalidade, mas era "estrangeiro"; Pedro Garsim, francês, foi capitão-engenheiro em Pernambuco; Thomas Pottes, inglês, foi cirurgião do exército restaurador, etc. A documentação a este respeito é de muito interesse.

O episódio da rendição dos holandeses, no Recife, encontra em alguns códices por mim examinados, novos esclarecimentos acerca da localização da "porta de Santo Antônio" (que os holandeses chamavam "Porta Sul"). Pereira da Costa, sem citar qualquer fonte (baseou-se em um mapa do livro Baerle como mostrarei em outra oportunidade), indica que a Porta de Santo Antônio ficava nas proximidades da rua do Jardim, no bairro de São José, e o Instituto Arqueológico fez levantar modesto monumento em um largo a que foi dado o nome de praça da Restauração. A localização da Porta de Santo Antônio tem interesse de vez que junto a ela ocorreu o encontro entre o Mestre-de-Campo General das tropas luso-brasileiras e o Comandante das forças holandesas, após a rendição destas, em janeiro de 1654. Procurei mostrar em livro e, depois, em artigo escrito para a *Revista do Norte*, que a Porta Sul dos holandeses ou Porta de Santo Antônio, ficava ao pé da Igreja dos Franceses, doada por Francisco Barreto aos jesuítas, que no local levantaram o seu Colégio do Recife. Portanto, na atual Praça 17, é que teve lugar o encontro entre os dois chefes militares. Que, a Porta de Santo Antônio estava localizada na Praça 17 é o que as seguintes cartas-patentes demonstram repetidamente:

Códice 113, fls. 389v. Lisboa 11 dez. 675 carta patente de nomeação de Manoel da Fonseca Rego "de capitão da companhia de infantaria da ordenança da banda de Santo Antônio do Recife até as portas junto ao Colégio".

Códice 119, fls. 95v/96, Lisboa 23 jan. 679 idem de Salvador Tavares da Fonseca "de capitão da companhia de infantaria da ordenança do distrito da Porta de Santo Antônio do Recife até as Cinco Pontas".

Códice 120, fls. 218/219, Lisboa 5 de março 687 idem de Francisco Rebello de Barros "do posto de capitão-de-infantaria da ordenança do distrito onde estiveram as portas da povoação de Santo Antônio do Recife até as Cinco Pontas".

Códice 121, fls. 329/330, Lisboa 21 dez. 693 idem como acima.

Códice 123, fls. 387v/338, Lisboa 2 out. 700 idem de Manoel Ferreira da Costa "de capitão-de-infantaria da ordenança da banda de Santo Antônio do Recife até onde foram as portas junto ao Colégio".

Códice 124, fls. 324/324v. Lisboa 12 junho 706 idem de Joseph Peres Campello "de capitão-de-infantaria da ordenança da Praça do Recife do distrito que começa onde estiveram as portas da banda de Santo Antônio até as Cinco Pontas".

Destas citações pode-se concluir que a ilha de Santo Antônio, quando da organização das tropas auxiliares de ordenanças, teve a sua área dividida em dois distritos: um até as portas de Santo Antônio do Recife (e começando possivelmente do extremo norte da ilha) e outro daí até as Cinco Pontas, sendo a linha divisória marca da pelas referidas portas (que já não existiam em 1687) situadas "junto ao Colégio".

Desculpe V. Magnificência esta digressão, mas se Pernambuco deve comemorar em 1954 o tricentenário restauração, ponto capital será o apurar-se o local da rendição; e para isto os manuscritos que tive o gosto de compulsar detidamente, apresentam o contributo mencionado.

A história da penetração e ocupação do ser pernambucano encontra nos códices de registro de cartas-patentes de oficiais das ordenanças, um documentário excelente. Assim, do códice 120 consta às fls. 67/67v o registro da carta-patente de confirmação de André Pinto Correia no posto de Capitão-mor da freguesia e povoação dos Rodelas, datada de Lisboa 17 out. 684. A partir desta, sucedem-se documentos semelhantes, todos relacionados nas folhas anexas, e que parecem demonstrar que a jurisdição do governo de Pernambuco desde as últimas décadas do século XVII estava assegurada sobre o território pernambucano do rio S. Francisco (a ocupação do "sertão alto" é um pouco posterior, ao que parece) e portanto que estavam franqueadas as vias de penetração partindo do Recife em direção ao sertão.

Capitães-engenheiros em Pernambuco: o documentário a respeito dos capitães-engenheiros em Pernambuco, constante dos anexos, é o mais completo já reunido até hoje e inclui documentos que escaparam ao infatigável investigador que foi Souza Viterbo (Vide "Dicionário Histórico e Documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal", 3 vols., Lisboa 1899-1922). Uma indicação constante de um relatório anterior, deve ser, à luz desses documentos, retificada. O primeiro capitão-engenheiro de Pernambuco não foi João Coutinho, como escrevi, mas o francês Pedro Garsim (carta-patente de nomeação de Lisboa 30 de maio 654, cód. 116, fls. 94v), o qual serviu até 1657, passando-se para a Bahia em companhia do Mestre-de-Campo Francisco Barreto, que ia assumir o governo do Brasil (carta deste ao Rei, Bahia 31 de agosto 657, AHU, Papéis da Bahia, caixa 8). A Garsim seguiram-se Antônio

Corrêa Pinto (patente de 1668), João Coutinho (1676), Joseph Paes Estevens (1686), Luiz Francisco Pimentel (1701) etc.

Bernardo Vieira de Melo: entre os "papéis avulsos" do Rio Grande do Norte encontram-se cinco cartas subscritas por esse pernambucano quando capitão-mor daquela Capitania (1695-1701); serão todas fotografadas. Bernardo Vieira de Mello - assim escrevia o seu nome - serviu o aludido cargo por dois períodos de três anos, verificando-se a recondução a pedido da Câmara do Rio Grande, que salientou as suas qualidades de administrador.

Compromissos de Irmandades: mais de vinte compromissos de irmandades religiosas de Pernambuco (Recife, Goiana, Sirinhaém, Ipojuca, Cabo e També), de brancos, pretos e pardos estão relacionados nos anexos e serão fotografados.

Livros de balanço da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, do período de 1760-75 e da Tesouraria Geral da Capitania de Pernambuco de 1769-93 apresentam uma série de informações de interesse, entre as quais o poder-se identificar, pelos registros de pagamentos efetuados, os responsáveis pela realização de obras públicas, construções, etc.

População indígena do interior pernambucano: documentário interessantíssimo é o do códice 1919, que contém a "Devassa a que mandou proceder o Governador e Capitão-General de Pernambuco acerca de assalto que o gentio bravo Piaens e Paraquios fizeram na ribeira do Mochotó no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultarão algumas mortes". Tem em anexo, por

cópia, diversas cartas trocadas entre o Governador e os capitães das missões e outras autoridades acerca de diligenciarem no sentido de se pacificar os índios e trazê-los à fé católica, para assim se evitarem os constantes roubos, assaltos e mortes, e mais alguns documentos contendo termos de inventário dos bens das mesmas missões, lista nominal dos índios e dos seus aldeamentos e dos religiosos que os dirigem, etc.

Ao concluir esta relação sumária dos principais pontos da documentação selecionada constante dos anexos, de cuja importância posso falar com segurança por tê-la compulsado, e da qual procurei transmitir uma idéia, é com um legítimo sentimento de justiça que saliento que a V. Magnificência ficarão devendo para sempre todos os que se interessam pela História de Pernambuco, o ter possibilitado e apoiado a missão de pesquisa de que me acho encarregado e da qual deve resultar uma das mais ricas coleções de fontes históricas já reunidas no Brasil; e é ainda o mesmo sentimento que me faz sugerir que a essa coleção venha a ser dado o nome de V. Magnificência.

Renovo a V. Magnificência nesta oportunidade expressões de respeito e considerações.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**, dia e mês não averiguados, 1952.